



**TRANSFORMANDO ESPAÇOS: UMA DENÚNCIA SOBRE O
SILENCIAMENTO HISTÓRICO-EPISTÊMICO DA IDENTIDADE DE
SUJEITOS RACIAL E ECONOMICAMENTE MARCADOS E SEUS
REFLEXOS NO ATUAL SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO**

**TRANSFORMING SPACES: A COMPLAINT ON THE HISTORICAL-
EPISTEMIC SILENCE OF THE PEOPLE RACIAL AND ECONOMICALLY
MARKED AND ITS REFLEXES ON THE CURRENT BRAZILIAN
EDUCATION SYSTEM**

Luiza Rodrigues Gomes

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Integra o Laboratório de Neurociência e Aprimoramento Cerebral (LABNACE/IPUB-UFRJ), onde atua na aplicação de testes neuropsicológicos com idosos. Participa de cursos e atividades com foco em neurociência e epistemologias negras, articulando saberes acadêmicos e práticas decoloniais. Sua trajetória reflete o compromisso com a denúncia de apagamentos históricos e com a construção de uma psicologia socialmente comprometida. E-mail: luizarodrgomes@gmail.com

RESUMO

O atual modelo de ensino do Brasil, especialmente ao que cabe ao apagamento das plurais contribuições na formação da identidade nacional, revela seu legado histórico de extermínio de sujeitos racial e economicamente marcados. À vista disso, o artigo propõe, através da análise histórico-bibliográfica, que haja uma dicotomia na unidade nacional, a fim de mensurar as muitas minorias que compõem o país, de forma a distinguir o que é próprio do pensamento dos povos originários e o que faz parte do ideário do homem branco. Para isso, é preciso debater acerca dos mecanismos pedagógicos velados de controle que regem os processos de ascensão de regimes de extermínio, a fim de resgatar e visibilizar histórias e saberes oprimidos. Além de colocar a educação como principal meio de transformação de espaços, sendo assim capaz de produzir - e reproduzir - desigualdades, bem como de revertê-las.

PALAVRAS-CHAVE

Pluralismo; Educação brasileira; Racismo; Desigualdade; Política de extermínio.

ABSTRACT

Brazil's current education model, especially in terms of erasing the many contributions to the formation of national identity, reveals its historical legacy of extermination of racially and economically marked individuals. In view of this, the article proposes, through historical and bibliographical analysis, that there be a dichotomy in national unity, in order to measure the many minorities that make up the country, in order to distinguish what is specific to the thinking of the native peoples and what is part of the white man's ideology. To this end, it is necessary to debate the hidden pedagogical mechanisms of control that govern the processes of rise of extermination regimes, in order to rescue and make visible oppressed histories and knowledge, in addition to placing education as the main means of transforming spaces, thus being capable of producing - and reproducing - inequalities, as well as reversing them.

KEYWORDS

Pluralism; Brazilian education; Racism; Inequality; Extermination policy.

TRANSFORMANDO ESPAÇOS: UMA DENÚNCIA SOBRE O SILENCIAMENTO HISTÓRICO-EPISTÊMICO DA IDENTIDADE AFRO DIASPÓRICA E SEUS REFLEXOS NO ATUAL SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO

1. INTRODUÇÃO

A República Federativa do Brasil carrega em sua construção a história de todos os povos - originários e migrantes - que se uniram no desenvolvimento de uma identidade nacional. A princípio, apesar de múltipla, a união desses epistemes não foi fundada em meios favoráveis de partilha e sim de extermínio, a partir da qual grupos nativos foram confrontados pelo ideário de sociedades distantes e díspares a sua realidade. Em especial, este artigo procura, a partir da análise histórico-bibliográfica, questionar, criticar e enfatizar o que a sociedade atual carrega em sua bagagem afrodiaspórica e seus atravessamentos pelas cosmovisões do outro. E, a partir dessa perspectiva, evidenciar a necessidade de transformar espaços violados colonialmente e, por meio da educação, auxiliar o Brasil na reconstrução de uma identidade autêntica, própria do pensamento dos povos originários.

Nessa lógica, Laura Terena e João Francisco Bairrão (2023) dissertam que

No decorrer de um processo de invasão, é comum que nomes sejam alterados como mais um dos artificios de controle e expropriação do território invadido, tal como “Brasil” foi sobreposto a “Pindorama” (Terra das Palmeiras), denominação praticada pelos povos tupi-guarani em referência ao que se chama hoje de América do Sul (Santos, 2015) ... Sendo assim, a alteração nominal pode tanto ocultar denominações indígenas que requeiram uma não exposição aos ouvidos colonizadores – no sistema de nomenclatura Yanomami os nomes são secretos (Ramos, 1977) –, ou mesmo servir para se contrapor a outros nomes de famílias brancas que por batismo ou algo similar lhes tenham sido atribuídos – indígenas Guarani realizam rituais de “desbatismo” ao rejeitarem nomes católicos implantados violentamente pelo batismo cristão, enquanto retomam nomeações indígenas que simbolizam suas funções na sociedade e peculiaridades do nominado (CRUZ, 2017). (TERENA; BAIRRÃO, 2023:2).

A prática de “rituais de desbatismo”¹²⁰ realizado pelos povos Guarani e abordado pelos autores precisa ser reintroduzida na atualidade, visto que a identidade nacional foi fundada em meios de silenciamento e expropriação da tradição de grupos originários. A

¹²⁰ (TERENA; BAIRRÃO, 2023: 2).

princípio, essa dominação se deu durante o Período Colonial (1500 - 1822), mas, posteriormente, foi dissipada pela sociedade, através de normas que induzem a produção e reprodução de práticas veladas discriminatórias. À vista disso, o modelo de ensino atual é uma manifestação visível do modo como uma sociedade, com o apoio estatal, é responsável por manter e regular padrões e normas que exercem seu poder sobre a vida e a morte dos sujeitos.

Em linhas gerais, se a biopolítica pode ser compreendida como forma de poder estatal em que a via¹²¹ (sic) é gerida a partir de tecnologias e saberes endereçados à sua manutenção e controle, a necropolítica consiste em uma forma de poder estatal em que a gestão da vida das populações ocorre por meio de ações e inações, acrescento - endereçadas a produção de morte de determinados grupos sociais, notadamente aqueles subalternizados em função de sistemas classificatórios de raça - e classe, acrescento. Em bom português, necropolítica é um termo criado para tratar de algo que nós, brasileiros e brasileiras, conhecemos de longa data: as diversas formas que são utilizadas para, de forma sistemática, exterminar a população não branca e pobre (MIRANDA, 2021: 15).

De forma progressiva e menos direta — quando comparada à colonialidade —, o poder, na modernidade, se difunde por diversas esferas da vida político-social, de forma a ser capaz de ascender determinados grupos privilegiados, bem como de manipular e sucumbir sujeitos racialmente e economicamente marcados pela subalternização. A princípio, Achille Mbembe (2018), assim como Gabriel Miranda (2021), também utiliza do termo “biopolítica” para se referir às políticas de controle de vida e morte dos sujeitos. Em adição, Mbembe (2018;17-19) enfatiza que esse modo de poder incita a categorização das espécies humanas, bem como estabelece uma “censura biológica” entre os grupos, o que traça uma política de raças aniquiladora da alteridade, responsável por reproduzir práticas de “racismo”.

Luis Felipe Miguel (2018:16) aborda que “ser cidadão” é tomar posse de um conjunto de direitos e potencialidades de ação, como também é atuar no interior e em conjunto com essas instituições que legitimam tais direitos e potencialidades. Ocorre que, apesar da garantia constitucional (1988), a sociedade é acometida por uma democracia deficiente, que, ao invés de contrabalancear a desproporcionalidade que sujeitos privilegiados exercem, se apega a uma série de processos compulsórios de dominação e coerção (MIGUEL, 2018). Mascarados pela sugestibilidade, irracionalidade e

¹²¹ “vida”

impulsividade das massas (LE BON, 1980), esses grupos, dominados por uma falsa legitimidade democrática, tornam-se expostos à aquisição de pensamentos e ideais alienados.

O pacto da branquitude, por exemplo, conceituado e citado por Cida Bento (2022;17-20), explica que há um conjunto de normas implícitas que regem a estrutura de poder que privilegia sujeitos brancos em relação a pessoas negras, mestiças e indígenas conforme o grau interseccional de suas interdições. Do mesmo modo, a Colonialidade Brasileira —1500 a 1822— foi marcada por práticas eurocêntricas e reducionistas, em que “o corpo colonizado é entendido como destituído de agência, subjetividade e voz.” (REIS, 2022 apud HOOKS, 1995:4).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Constituição Federal Brasileira (1988) estabeleceram direitos fundamentais para a regulação da vida civil, social e política, o que garantiu aos residentes do Brasil, sejam eles brasileiros ou estrangeiros, a proteção de sua liberdade, sua segurança e sua igualdade. Em contraponto, ser cidadão brasileiro é assumir possuir uma história marcada por violações e atravessamentos, cujos quais evidenciam a expropriação da autonomia, da preservação e da simetria no tratamento relativo aos grupos nativos e afro diaspóricos.

Em continuidade, Luis Felipe Miguel (2018) desenvolve o conceito de pluralismo:

Ela entende que o regime democrático não pode ser definido como “governo do povo”, uma vez que esse coletivo - “povo” - é atravessado por divergências internas e não possui uma vontade una. O que caracteriza a democracia é que esses diferentes grupos, dentro desse coletivo, são capazes de mobilizar recursos para pressionarem em defesa de seus interesses. Sem ser propriamente governo “da maioria”, a democracia é um governo de “muitas minorias”, já que o exercício do poder exige acomodar os interesses de vários desses grupos (MIGUEL, 2018: 28).

A partir da perspectiva de Miguel (2018), cabe questionar: a que ponto o atual sistema de ensino comporta a pluralidade presente na sociedade brasileira? A educação é, antes de tudo, um ato político (FREIRE, 1991), pois está intrinsecamente ligada às relações de poder e às estruturas sociais que moldam as sociedades. Ao ser um espaço de transmissão e construção de saberes, a educação não é - e não pode ser - neutra, haja vista sua capacidade de produzir, reproduzir, refletir e reforçar as cosmovisões, os valores e os interesses de determinadas classes. Nesse sentido, o ambiente acadêmico pode ser um

espaço construído para “muitas minorias” (MIGUEL, 2018: 28), simbolizando e celebrando a resistência, a subversão e a transformação de povos historicamente marginalizados, ou pode representar um espaço conduzido por e para os interesses da classe dominante.

A capacidade transformadora da educação, especialmente ao que cabe a realidade brasileira, se manifesta na sua potência de desconstruir paradigmas estabelecidos, desafiar as narrativas hegemônicas, de produzir novas cosmovisões... Nesse sentido, ela não apenas transmite conhecimentos, mas também permite a reinvenção do sujeito, contribuindo para a formação de uma consciência crítica capaz de compreender e atuar sobre as injustiças e desigualdades estruturais que marcam, não apenas o Brasil, como também o mundo.

O pensamento pedagógico decolonial/anticolonial, surge assim em contextos de resistência, como parte de um “acumulado histórico” (NETO; STRECK, 2019:207). de uma educação considerada popular. Ele se insere como um movimento que visa a superar as limitações impostas pela educação colonial, ao promover uma abordagem que valoriza saberes, culturas e epistemologias não ocidentais, rompendo com a lógica da imposição de um único padrão de conhecimento (NETO; STRECK, 2019). Esse pensamento busca, assim, a construção de uma educação que seja plural, inclusiva e emancipadora, capaz de devolver às comunidades o protagonismo na construção do seu próprio saber e no processo de autodeterminação cultural.

Este artigo, portanto, tem como interesse debater sobre os processos de controle produzidos pelo sistema de opressão político-racial brasileiro, para compreender e, assim, dismantlar a narrativa única e excludente perpassada pelos séculos. Nesse sentido, é preciso recorrer a historiografia para denunciar o silenciamento epistêmico da pluralidade de povos do Brasil, a fim de reconstruir uma identidade plural e autêntica, bem como, com o auxílio da educação, transformar espaços marcados racial e economicamente pela segregação, exclusão e alienação dos sujeitos nacionais.

2. MECANISMOS HISTÓRICO-PEDAGÓGICOS DE CONTROLE DOS CORPOS

As práticas e estruturas educacionais, ao longo da história, foram desenvolvidas para disciplinar e regular os comportamentos, especialmente através da coerção do corpo e mente dos indivíduos, moldando-os de acordo com as normas e valores sociais dominantes. Influenciados pelas teorias de Michel Foucault (1975), que serão abordadas posteriormente, esses mecanismos utilizaram de técnicas de vigilância, normalização e treinamento que, muitas vezes, são disfarçadas sob o discurso da educação, mas que têm como objetivo a manutenção da ordem social e a produção de sujeitos conformados a determinados padrões de conduta.

Para compreender esse processo,

De acordo com Vygotsky, todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem de acordo com sua história social e acabam se constituindo no produto do desenvolvimento histórico-social de sua comunidade (Luria, 1976). Portanto, as habilidades cognitivas e as formas de estruturar o pensamento do indivíduo não são determinadas por fatores congênitos. São, isto sim, resultado das atividades praticadas de acordo com os hábitos sociais da cultura em que o indivíduo se desenvolve. Consequentemente, a história da sociedade na qual a criança se desenvolve e a história pessoal desta criança são fatores cruciais que vão determinar sua forma de pensar. Neste processo de desenvolvimento cognitivo, a linguagem tem papel crucial na determinação de como a criança vai aprender a pensar, uma vez que formas avançadas de pensamento são transmitidas à criança através de palavras (Murray Thomas, 1993). (VYGOTSKY, 1934;3).

Em concordância com Lev Semionovich Vygotsky (1934), Paulo Freire (2001;3) elabora que a palavra pode ser reconhecida como parte de uma construção histórico-cultural importantíssima no processo de tomada de consciência e de movimento em potência política. A partir dessas perspectivas, é possível compreender que as metodologias pedagógicas surgem como produto e fundamento da história, na medida em que é através dela, em conjunto com o desenvolvimento cognitivo da linguagem e a formação social da palavra, que a sociedade revela importantes concordâncias e contradições estruturais que são capazes de expandir ou limitar a liberdade humana (FREIRE, 2001).

A exemplo disso, especialmente a partir do século XIX, a Revolução Tecnológica, marcada pela introdução de lógicas de informatização/computacionais, foi responsável por importantes transformações subjetivas no que tange a comunicação (COSTA, 2002:193), que, aliada ao avanço da industrialização e da globalização, fez com

que a educação fosse reformulada para atender às novas demandas de uma economia cada vez mais voltada para a produção em massa e a especialização do trabalho. Com isso, em vez de priorizar a formação de cidadãos críticos, como propunham as concepções educacionais de épocas anteriores, a escola passou a ser moldada, em grande parte, para a formação de indivíduos que atendem a um modelo de trabalhador especializado e passivo. Nesse processo, as estruturas de mercado colocaram a alienação (ALVES, 2013: 58-59¹²²) e a sujeição (CASTANHEIRA, [s. d.]; 1)¹²³ como condição de possibilidade de existência dos sujeitos da época, dado que eram requisitos para a adaptação às condições impostas pela lógica do sistema capitalista.

Ao conscientizar os sujeitos sobre essas contradições, a educação os capacita a questionar a realidade e a buscar mudanças, tornando insuportável a acomodação diante das injustiças. Dessa forma, a educação não é apenas um ato de ensino, mas um processo contínuo de emancipação e liberdade (FREIRE, 2001).

Já no século XX, Bourdieu (1998), ao refletir sobre o papel social da escola, faz uma crítica à instituição porque entende que a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra. É nela que o legado econômico da família se transforma em capital cultural. E este, segundo o sociólogo, está diretamente relacionado ao desempenho dos alunos na sala de aula. Para Bourdieu, a escola fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais. Isto é, crianças com herança cultural precária, apresentam maiores dificuldades em demonstrar domínio sobre um conhecimento que, para elas, circula apenas no espaço escolar. Ocorrendo o oposto com os filhos das classes dominantes, que se mostram aptos e fluentes em saberes e valores que transitam entre sua vida familiar e a escola. O que Bourdieu não levou em conta, é que as desigualdades sociais dos pais dos alunos, motivam de forma disforme a desigualdade do conhecimento entre os alunos, como bem observou Dubet (2004). E a escola, apesar de acentuar desigualdades, também é reconhecida ideologicamente como instância promotora de oportunidades de ascensão (DIAS, 2023: 622-623).

¹²² A concepção de alienação, neste contexto, remonta a ideia marxista de que o sujeito, educado de maneira fragmentada e técnica, perde a conexão com o produto de seu trabalho e com o entendimento mais amplo das questões sociais e políticas que o cercam. Logo, se desloca da posição de agente transformador da sociedade e passa a ser apenas mais um executor de tarefas, em um processo que limita sua transcendência a condição de proletariado (ALVES, 2013:58-59).

¹²³ “O sujeito é constituído a partir de imposições que lhe são exteriores, sendo compreendido como um produto das relações de saber e de poder; por outro, o sujeito é constituído a partir de relações intersubjetivas em que há espaço para a manifestação ... e criação de si” (CASTANHEIRA, [s. d.], p.1). Logo, a excessiva disciplinarização, imposta pela estrutura educacional, e o treinamento para o trabalho, não favorece o desenvolvimento do pensamento crítico, sujeitando os indivíduos a reproduzirem apenas as normas sociais.

Maria Regina dos Santos Prata (2005:28) analisa o modo como o processo de subjetivação é parte de um aparato constante de transformações, deleções e introjeções de novas ou antigas características constituintes. Em continuação, Prata (2005) disserta que a escola também é parte fundamental desse processo, sendo este um local propício para o estabelecimento evidente de relações hierarquizadas de normatização dos sujeitos, constituindo uma sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1977 apud PRATA, 2005). Fator que atuou fortemente no crescimento das desigualdades e colocou a educação como projeto político de controle social. (DIAS, 2023: 623). A exemplo disso, Prata (2005:29) aborda sobre técnicas de enclausuramento e/ou de organizações hierárquicas de lugares específicos:

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras”, criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos [...]. A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas. (FOUCAULT, 1977:135, PRATA, 2005).

A relação de poder na escola, portanto, é internalizada pelos próprios sujeitos, através de regras que passam a regular as crianças de acordo com as normas sociais e expectativas estabelecidas. Fator que está diretamente associado ao conceito foucaultiano de “biopoder” (BERTOLINI, 2018: 86-100¹²⁴) - poder que se exerce sobre os corpos e vidas dos indivíduos -. Isso se dá, por exemplo, a partir da criação de um microcosmo do poder, capaz de controlar os alunos, por meio de práticas de hierarquização, como a divisão entre alunos, professores, diretores; de vigilância constante, por meio da presença de câmeras; da organização do tempo e espaço, como a separação do dia em atividades específicas, a organização física das salas de aula, etc.

De forma contraditória, a educação também passou a ser o meio considerado para a ascensão social (DIAS, 2023:623). Embora a classes baixas, por exemplo possuíam

¹²⁴ A educação foi organizada de maneira a ser funcional, a princípio incitava a produção de vida produzindo instituições de ensino voltadas à produção de seres docilizados, ou seja, obedientes aos comportamentos, pensamentos e padrões da norma vigente. À vista disso, o investimento em habilidades básicas como leitura, escrita e aritmética, como também a construção de virtudes como controle de atividade, gestão de tempo e pontualidade refletiam a necessidade de preparar pessoas para um regime de trabalho rígido e repetitivo, em ambientes de produção massiva.

acesso à educação, esta era precária e marcada pela ausência de um ensino de qualidade¹²⁵, a escassez de políticas afirmativas integrativas e a própria mentalidade discriminatória que permeia os espaços acadêmicos dificultam não apenas a inserção, mas criam um falso senso igualitário de capacidade de ascensão entre grupos privilegiados e grupos minoritários. Desse modo, grupos considerados subalternizados, eram pouco - ou nada - acometidos por oportunidades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento intelectual, cultural e moral, em especial debate, sujeitos negros, mestiços e indígenas.

Na atualidade, o acesso ao conhecimento se mantém atrelado às barreiras desiguais socioeconômicas. Contudo, houve pequenos avanços nas políticas públicas - como as leis 10.639/20038¹²⁶ e a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq, 1996)¹²⁷ - que auxiliam alunos racialmente marcados que conseguem ingressar em ambientes acadêmicos, de modo a minimizar a árdua jornada de silenciamento e desvalorização.

2.1 VOZES ANCESTRAIS: ENTRE O SILENCIAMENTO VELADO E AS NOVAS TENTATIVAS DE EXPRESSÃO

Ramacciotti e Calgado (2011;3) orientam que o termo minoria é fundamentado a partir da concepção de três elementos, sendo eles sua construção histórica, política, filosófica e social; a relação de disposição de poder entre um grupo majoritário e um grupo minoritário; e, por fim, a subjugação deste grupo minoritário aos processos de dominação. Nesse sentido, é possível analisar que os grupos considerados minorias no Brasil - crianças, idosos, mulheres, sujeitos afrodescendentes, homossexuais, deficientes, etc. - são acometidos por uma ironia conceitual: são compostos por grandes massas, mas ainda assim são submetidos à sujeição de seus direitos...

¹²⁵ O termo “a ausência de qualidade em meios escolares” não se atém apenas ao conhecimento transmitido, mas abrange a ausência de infraestrutura de qualidade, haja vista a presença de salas de aula mal conservadas, falta de ventilação, mobiliário quebrado, a ausência de recursos básicos como água potável e iluminação adequada, a falta de material complementar pedagógico, como livros, equipamentos de informática, lousas adequadas, além do uso de métodos inadequados, conteúdos desatualizados ou desconexos com a realidade, etc.

¹²⁶ Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

¹²⁷ Tem o objetivo de implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola.

A partir dessa perspectiva, cabe questionar: o que é a pobreza no Brasil? E o quanto dela é constituída pelas múltiplas formas de castração da força de expressão da diversidade cultural e intelectual produtiva brasileira? A princípio, o termo Darwinismo Social foi utilizado pelo intelectual Hebert Spencer (1999) para impor uma ideologia que aplica a Teoria da Evolução de Charles Darwin (DARWIN, 2000), a qual explicava que havia um processo de seleção natural entre as espécies, cujo qual apenas seres aptos - mais desenvolvidos - seriam capazes de sobreviver às pressões do ambiente -, a essência humana, de modo que no século XIX e XX foi utilizada para implementar a crença de que algumas raças são geneticamente privilegiadas, ou seja, superiores a outras, o que, segundo os seguidores dessa ideologia, justificaria os processos de desigualdade social, racismo, imperialismo, xenofobia, etc. Fator esse que criou uma percepção hierárquica entre os sujeitos e suas massas, de forma a alimentar o processo de segregação e exclusão cultural de sujeitos racial e economicamente marcados.

A exemplo disso, Pereira (2022) disserta sobre o processo de introjeção de preconceitos na sociedade brasileira: O que pode um corpo-negro? Objetificado. Deram-lhe nome: criado-mudo. Não fala, não sente, não chora, não olha, não respira, não pira. Só serve. Só obedece. Não grita. Paira o medo... “Apanha”, todos os dias? Silencia? Morre? Tentáculos do genocídio. Açoite da modernidade-colonialismo-escravidão (PEREIRA et. al 2022).

Desse modo, o autor (Pereira, 2022) coloca em questão como sujeitos negros eram colocados como sinônimo de sujeitos em condição de não existência, ou seja, pessoas capazes de serem objetificadas e manipuladas, bem como de terem seus corpos submetidos as demandas e exigências do Período Colonial.

Durante a construção de narrativas históricas tradicionais, muitas vezes, a relevância e a contribuição de sujeitos negros na formação do país foram omissas e, quando representadas, eram retratadas de maneira estereotipada e subalterna, visto que a narrativa histórica era conduzida pela figura do dominador.

Com isso,

Para Almeida (2019), não é possível compreender o racismo sem pensar seu funcionamento a partir das estruturas estatais, pois é por meio do Estado que se opera com a classificação e divisão de pessoas. A ideologia nacionalista, por sua vez, apresenta-se como funcional à tentativa de reconstruir uma identidade comum numa tentativa de apagar os conflitos entre os diferentes grupos/classes e as contradições do sistema capitalista, o qual, ao longo do tempo, sofisticou suas estratégias e técnicas de reprodução. Como exemplo disso, o autor aponta

os limites da representatividade em instituições majoritariamente compostas por pessoas brancas; o exercício disciplinar e regulamentador da vida ou de sua suspensão; e a reprodução de um sistema burocrático mortífero, que se diz exceção, mas que estabelece como política o aniquilamento da população negra brasileira (BAKHTINIANA, 2021:187).

A estrutura racista brasileira, por sua vez, atribui suas forças através da reprodução de tradições, mitos, provérbios e manifestações artísticas por meio da ótica dominante. De modo a disseminar uma identidade díspar a real construção social e epistemológica do país. A exemplo disso, o folclore brasileiro é um reflexo da diversidade cultural brasileira. A partir dessa perspectiva, dois autores (SOUZA; GUASTI, 2018) argumentam que:

Os negros escravizados eram forçados a trabalhar para os senhores de engenho, obrigados a abandonar suas crenças e hábitos culturais e encaravam uma realidade dura. Na culinária, as negras preparavam a feijoada, utilizavam o azeite de dendê, e até a colher de pau foi introduzida como um instrumento. A capoeira, conhecida por alguns como dança, mas também uma luta, hoje é uma referência do Brasil. Nossa língua, também recebeu forte influência africana, como por exemplo: fubá, macaco, moleque, e tantas outras palavras. Nossa vestimenta é colorida e cheia de detalhes, colares, etc. Na música, uma infinidade de sons e instrumentos musicais como o berimbau, o agogô, o afoxé entre outros. Na dança, em quase todos os estados deste nosso país existe uma influência da cultura africana; percebe-se então, que ela está bem enraizada em nossos costumes, em nosso dia a dia (SOUZA; GUASTI, 2018).

O folclore nacional, por sua vez, simboliza o primórdio de um processo investigativo e restaurativo das origens e práticas negras, mestiças e indígenas no país. Assim, se tornou evidente a necessidade de honrar e valorizar a riqueza e a diversidade de manifestações, ritos, mitos e costumes nacionais.

2.2 REGIMES DE COERÇÃO: COMO O SISTEMA PEDAGÓGICO BRASILEIRO REPRODUZ DESIGUALDADES E COMO AGE PARA REVERTÊ-LAS?

Como argumentado anteriormente, a cultura brasileira foi construída a partir da assimilação mútua de culturas consideradas historicamente “primitivas” pelos colonizadores europeus, como também pela união dos próprios costumes do dominador. No contexto do Manifesto Antropofágico (ANDRADE, 1976), em vez de ser passivamente influenciado pela cultura europeia, o Brasil deve "devorar" influências externas, transformá-las de acordo com sua própria realidade e identidade e criar algo a partir delas.

Le Bon (1980), em sua obra “Psicologia das Multidões”, comenta o modo que “as grandes massas, quando unidas, dissipam seu caráter individual e se tornam imprescindíveis, irracionais, sugestionáveis e impulsivas”. De forma a conduzir a um processo de “adestramento” biopsicossocial, haja vista seu caráter de desterritorialização e assujeitamento de toda construção de um povo. A princípio, esses grupos dotados de emoções primitivas, medos e desejos, são submetidos a regimes de coerção que utilizam de períodos de crise econômica, social ou política para cativar pessoas que tendem a se sentir inseguras e frustradas com a falta de perspectivas. A exemplo, a Segunda Guerra Mundial, ocorrida no período de 1939 a 1945 (KEEGAN, 2015), foi marcada pela ascensão de regimes nazifacistas que se aproveitaram dos sentimentos de insegurança e frustração canalizados pela multidão em prol da culpabilização de um outro: judeus, ciganos, negros, homossexuais, deficientes e todos os outros grupos de sujeitos que destoam da idealização desse regime e de muitos ainda presentes na realidade. Assim, os indivíduos substituem o “eu” por “nós”, passando por mecanismos totalitários que os oferecem falsos consensos, como é marcado pela atualidade através da algoritmização da vida promovida por tecnologias midiáticas de dominação.

A ascensão de movimentos fascistas de extrema direita, por exemplo, representa o indício da retomada de princípios autoritários, conservadores e discriminatórios. No Brasil, o impacto desses movimentos tem sido visível com o fortalecimento de discursos políticos que defendem o retorno a uma "ordem", que, frequentemente, negam ou minimizam as conquistas democráticas e os direitos civis. À vista disso, o fenômeno exponencial de manipulação das massas é reflexo de um mundo globalizado¹²⁸, que utiliza de recursos do conservadorismo moralizante para a construção de uma identidade nacional instável, polarizada e desigual.

¹²⁸ No contexto brasileiro, devido a popularização das redes sociais, a produção de conteúdo massificado não comprovado e facilmente manipulado tem alimentado uma grande onda de desinformação, conhecido como o fenômeno das "fake news". O neofacismo, por sua vez, se apoia na instabilidade de informações veiculadas para potencializar a polarização social e, mais ainda, encontrar sujeitos que se identifiquem com suas ideologias e busquem aderir ao movimento. A criação de um ambiente de radicalização, coloca em risco a convivência democrática e potencializa a precursão de expressões de ódio, especialmente as minorias. Desse modo, é comum que discurso contra os direitos das populações negras e indígenas, de mulheres, de sujeitos LGBTQIA+ e a qualquer movimento social que se desprenda das lógicas de grupos supremacistas se torne vulnerável, nas medida em que o preconceito e a desigualdade são banalizados e, frequentemente, tornam os sujeitos suscetíveis a absorverem e reproduzem ideologias incoerentes e deturpadas.

O sistema pedagógico brasileiro em contato com a realidade sócio-política atual, quando perpassado pelos movimentos extremistas, se torna refém de contradições. Portanto faz-se necessário nomear e fundamentar que a influência interna e externa dominante, que hegemonizou mesmo quando sincretizada pela cultura do subalternizado contracolonialista influi em um processo de coerção que se opõe à pluralidade de sujeitos e seus saberes. A princípio, em algumas regiões do Brasil, há também tentativas de revogar leis que garantem o ensino da história afro-pindorâmicas, e de censurar ou simplificar as discussões sobre racismo estrutural, escravidão e desigualdade social, o que reflete mais uma tentativa de silenciar ou minimizar as vozes negras e suas narrativas. Com isso, de acordo com a Lei nº 9.394/1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, o Art. 26-A determina que

Os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto públicos quanto privados, se torna obrigatória a inclusão do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. O conteúdo programático deve abordar a História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, destacando as contribuições nas áreas social, econômica e política da história do Brasil (BRASIL, 1996).

O atual modelo de ensino assegura a existência de garantias legais acerca da transmissão de epistemes ancestrais. Contudo, é preciso compreender que o Brasil foi um país fundado a partir de mecanismos totalitários, que introjetaram lógicas de dominação e de dissimulação de identidades díspares a realidade eurocêntrica burguesa. De forma que para eficazmente reverter, pelo menos em parte, práticas coercivas, é preciso que os espaços sejam transformados e equitativamente acessados.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso que o sistema pedagógico seja ferramenta decolonial para romper com as vicissitudes dos sujeitos racial e economicamente marcados e legitimar saberes históricos e epistêmicos de grupos afrodiáspóricos.

Nesse sentido, o estudo sobre as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social levou-nos, incoercivelmente, a refletir sobre a violência. A violência parece-nos a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro (SOUZA, 1983:2).

Como debatido anteriormente, a identidade brasileira passou por um falso processo de unificação, a partir da qual não considerava a pluralidade ancestral do país. Nesse sentido, o Brasil passou a produzir - e reproduzir - mecanismos de dominação e controle, como explicitados por Souza (1983) e Prata (2005) mascarados de lógicas pedagógicas de subjetivação dos indivíduos. Com isso, o processo de “adestramento” biopsicossocial corroborou para o desvio e o esvaziamento de características constituintes, como linguagem, tradições, rituais espirituais, estruturas organizacionais e qualquer hábito ou expressão formadora desses sujeitos (SOUZA, 1983).

O atual sistema de ensino brasileiro é - e tem sido - refém das tecnologias de controle da vida e da morte dos sujeitos, moldes de uma sociedade endereçada aos padrões e exigências patriarcais, brancas, econômicas e heteronormativas, tais quais perduram desde o Período Colonial. Nesse sentido, a biopolítica e a necropolítica atuam por meio de tecnologias de extermínio, formuladas a partir das ações e inações do Estado (MIRANDA, 2021), que garantem quais grupos devem ascender socialmente e quais serão submetidos a um processo cíclico e contínuo de subalternização - como orientado pelo pacto da branquitude (BENTO, 2022).

Desse modo, a educação pode atuar como dispositivo decolonial de combate às desigualdades, especialmente aquelas que afetam identidades plurais apagadas no processo de constituição do Brasil. Ao questionar a norma vigente e os padrões de conduta que incitam meios de dominação e controle de grupos desfavorecidos historicamente e, a partir disso, descolonizar os saberes dominantes, a educação é capaz de promover o reconhecimento das múltiplas vertentes da formação histórica brasileira, de modo a viabilizar o ensino e a aprendizagem de epistemes de grupos ancestrais. Ao incluir os conhecimentos, culturas e cosmovisões afro-pindorâmicos, a educação atua como transformadora de espaços limitados pelas estruturas de poder. Portanto, faz-se necessário que vozes veladas e aprisionadas entre o silenciamento e as novas tentativas contemporâneas de expressão, continuem atuando no processo de resistência em prol do alcance de espaços de fala melhor qualificados.

Como comentado anteriormente, a necropolítica, conceituado por Achille Mbembe (2019) como uma política de extermínio que age através da manipulação ideológica e do consenso de que determinados grupos podem - e devem - ser

subalternizados (MIRANDA, 2021), evidencia o caráter emancipatório da educação, visto que é através dela que se é possível construir ferramentas críticas que se chocam com a ignorância, tão requisitada pelos movimentos de alienação.

A reestruturação do processo de ensino-aprendizagem torna capaz não apenas o rompimento com as lógicas de estruturas dominantes, conservadoras e autoritárias, bem como a oferta para a sociedade, especialmente destinado a sujeitos marcados, oportunidade para pensar sobre os preconceitos, desigualdades e discriminações difundidas. Nesse sentido, transformar espaços é perceber que o silenciamento histórico e epistêmico dos plurais saberes ancestrais é uma continuidade das práticas coloniais e escravocratas, que ainda persistem na realidade brasileira. O reflexo dessa transformação se deu, por exemplo, por meio de ações na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, que foi marcada pela forte presença de figuras representantes dos movimentos indígenas - Ailton Krenak - e negros - Movimento Negro Unificado (MNU) -, que lutaram para garantir a inclusão de direitos, como: a proteção de direitos territoriais e de reconhecimento da cultura indígena; a igualdade racial, a punição de crimes raciais e a proteção dos direitos humanos.

Portanto, assim, enquanto o sistema de ensino for parte precursora de mecanismos de controle e disciplinarização alienada dos corpos e mentes civis, grupos negros continuarão sendo vítimas de extermínio e a construção de uma sociedade que lute pela resistência e valorização da diversidade histórica, cultural e epistemológica será apenas um vislumbre de uma utopia.

O modelo educacional vigente no Brasil, especialmente no que diz respeito ao silenciamento das diversas contribuições na construção da identidade nacional, reflete um legado histórico marcado pelo extermínio de grupos racialmente e economicamente vulnerabilizados. Diante disso, o presente artigo propõe, por meio de uma análise histórico-bibliográfica, a necessidade de reconhecer uma dicotomia na unidade nacional, buscando identificar as múltiplas minorias que formam o país e distinguir o que pertence ao pensamento dos povos originários do que advém do ideário do homem branco. Para tanto, é fundamental discutir os mecanismos pedagógicos ocultos de controle que sustentam a ascensão de regimes de extermínio, com o objetivo de resgatar e dar visibilidade a histórias e saberes historicamente oprimidos. Além disso, destaca-se a

educação como o principal instrumento para a transformação social, capaz de tanto produzir e reproduzir desigualdades quanto de revertê-las.

A pesquisa foi elaborada a partir de um viés metodológico histórico e dialético. Esses dados bibliográficos foram coletados de livros e de artigos em plataformas digitais, como Scielo e Google Acadêmico, a qual foram utilizadas palavras-chave, como: colonialidade, escravidão, racismo, necropolítica, identidade nacional, relações de poder e dominação, educação, decolonialidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. In: Bakhtiniana: Rev. Estud. Discurso. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2176-457349790>. Acessado em: 14 de abril de 2025.
- ALVES, G. *Marxismo, a alienação e o tempo histórico da barbárie social do capital*. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000100006>. Acessado em: 3 de maio de 2025.
- ANDRADE, O. *O manifesto antropófago*. In: TELES, G. M. Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1976. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>. Acessado em: 13 de janeiro de 2025.
- BENTO, C. *O Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- BERTOLINI, J. *O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos*. Saberes: Natal, RN, v. 18, n. 3, 2018, p. 86-100. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/15937>. Acessado em: 22 de maio de 2025.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em: 16 de janeiro de 2025.
- BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 16 de janeiro de 2025.
- CASTANHEIRA, M. A. A. F. [s. d.] *A constituição do sujeito em Michel Foucault: práticas de sujeição e práticas de subjetivação*. Disponível em:

<http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-marcela-alves.pdf>. Acessado em: 3 de maio de 2025.

- COSTA, A. M. N. *Revoluções Tecnológicas e Transformações Subjetivas*. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000200009>. Acessado em: 3 de maio de 2025.
- DARWIN, C. *A origem das espécies*. Tradução de José Henrique Rodrigues. São Paulo: Martins Fontes, 2000. DIAS, E. A educação e a escola. Para que servem as escolas?. Rio de Janeiro, v. 31, n.120, p. 621-629. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003101201>. Acessado em: 07 de janeiro de 2025.
- FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 1952. FREIRE, P. Cadernos de Ciência 24. 1991. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/handle/7891/1357>. Acessado em: 2 de maio de 2025.
- KEEGAN, John. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LE BON, G. *Psicologia das Multidões*. Edições Roger Delraux, 1980.
- MIGUEL, L. F. *Dominação e Resistência: Desafios para uma política emancipatória*. Boitempo: São Paulo. 2018.
- MINISTÉRIO EDUCAÇÃO. *Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerg)*. 1996. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerg>. Acessado em: 22 de maio de 2025. MIRANDA, G. *Necrocapitalismo: Ensaio sobre como nos matam*. São Paulo: LavraPalavra, 2021.
- NETO, J. C. M.; STRECK, D. R. *Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial*. Educar em Revista: Curitiba, v. 35, n. 78, p. 207-223, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.65353>. Acessado em: 2 de maio de 2025.
- PEREIRA, P. B. A. ; MENDES, V. M. ; MOREIRA, J. G. ; RODRIGUES, A. ; FEUERWERKER, L. C. M. *O que podem corpos negros? Navegando pelas existências que habitam narrativas-rizoma-visceral*. Interface (Botucatu). 2022; Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210196>. Acessado em: 26 de janeiro de 2025.
- PRATA, M. R. S. *A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade*. Universidade Estácio de Sá. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wzdzqPKjymZgRKYT6hJkdQwy/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 12 de abril de 2025.

- RAMACCIOTTI, B. L.; CALGARO, G. A. *Construção do conceito de minorias e o debate teórico no campo do Direito. Florianópolis: Sequência*, vol. 42, n. 89, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2021.e72871>. Acessado em: 10 de abril de 2025.
- REIS, D. S. *A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais*. Educ. Soc.: Campinas, v. 43, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.240967>. Acessado em: 2 de maio de 2025.
- SOUZA, I. C. ; GUAISTI, M. C. F. A. *Cultura africana e sua influência na cultura brasileira* . In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 41. Rio de Janeiro, 2018. 18 Anais... Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018. p.1-16. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12906>. Acessado em: 6 de fevereiro de 2025.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: As viscitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*. Rio de Janeiro: Edições Graal LTDA, 1983. SPENCER, H. *Princípios de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TERENA, L. M. ; BAIRRÃO, J. F. M. H. *Etnia e nomeação: ancestralidades em disputa e recomposições*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. São Paulo. 2023 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e220066>. Acessado em: 23 de janeiro 2025.